

APRESENTAÇÃO DO ORADOR — A estas alturas, quando aqui nos encontramos para ouvir a terceira das conferências da série promovida pela Universidade Federal de Pernambuco, creio já estar devidamente evidenciada a intenção de que resultou tão nobre iniciativa: convidando professores ilustres a dar aulas sobre o modo como se implantou a Independência nacional em cada um dos Estados situados desde a Bahia ao Maranhão, a Universidade Federal de Pernambuco, com a compreensão e o apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, quis ir um pouco além de simplesmente recordar façanhas heróicas, em grande parte ignoradas ou esquecidas, perdidas no quase anonimato das crônicas meramente locais. Quis estabelecer referências para melhor conhecermos e sentirmos a unidade brasileira que conseguimos constituir, que nos envaidece agora e que será, cada vez mais, o elemento básico do nosso futuro.

Com efeito, no Brasil daqueles dias decisivos, composto de núcleos dispersos e regiões sociologicamente distanciadas, a realização do movimento que criou a nossa soberania, é alguma coisa de realmente admirável. Conjugar-se o que se fazia no Pará com o que se fazia em São Paulo, coordenar-se o que acontecia em Pernambuco com o que se desejava no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais — como que desafia o nosso poder de reconstituição histórica e leva-nos a inclinar-nos perante o espírito que Portugal, contra quem nos estávamos rebelando, criara em nós. Havia — é certo — a presença imemorialmente prestigiada da Coroa, e havia a corajosa inteligência de alguns indivíduos não tirando as vistas do ideal a atingir. Mas, o que havia principalmente era o profundo sentimento misterioso nas raízes do coração do povo, dominando as confusões, dissipando os nevoeiros, orientando a marcha.

A Universidade Federal de Pernambuco pretendeu retrair essa epopéia vivida no quadro nordestino e convidou alguns mestres distinguidos para falar do que se fez no Sergipe, no Piauí, no Ceará. Ouviremos hoje o depoimento relativo à nossa irmã e vizinha, a Paraíba.

Quem o traz, é o Prof. José Pedro Nicodemos, titular da disciplina História do Brasil e sub-Reitor para assuntos estudantis na Universidade Federal do Estado confinante.

Sua intensa atividade cultural, pedagógica e administrativa reflete-se nos seus escritos, um dos quais, versando a obra historiográfica de Frei Vicente do Salvador, veio a fazer-se livro depois de ter obtido o primeiro lugar em um concurso de âmbito nacional.

Nascido em Ribeirão e aqui no Recife tendo feito os seus estudos e conquistado o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pertence ao grande número de pernambucanos que, deixando para trás as fronteiras da província de origem, misturam as nossas populações e vão prolongar na Paraíba, em Alagoas, no Rio Grande do Norte, ou no Ceará, os seculares vínculos primitivos que nos ligam também nos sonhos e nas batalhas da Independência.

Seria descabido e deselegante meter-me eu, sem qualquer capacidade, a tocar nos assuntos a serem tratados, dentro em pouco pelo eminente visitante e conferencista. Pego-lhe permissão, porém, para recordar um episódio que é mais dos fastos de Pernambuco do que dos da Paraíba, — demonstrando, de qualquer maneira, os elos que nos prendiam naquelas horas difíceis de setembro de 1821, um ano antes do grito do Ipiranga, quando bem se pode dizer que Pernambuco em peso se levantou contra a dominação lusitana representada em Luis do Rego Barreto, e tomou armas em Goiana, há cento e cinquenta e um anos marcados, precisamente, ontem mesmo.

Quando as tropas autonomistas marcharam contra o Recife, Luis do Rego calculou privá-los de sua base: solicitou, então, ao Governo da Paraíba que mandasse um batalhão de suas forças ocupar Goiana. Uma vez que os rebeldes, situados a meio caminho, deteriam os correios terrestres, a correspondência seguia em uma jangada, passando ao largo da zona de guerra.

Mas, a intervenção que a Paraíba resolveu ter em nossa luta, foi outra: em lugar de soldados de ocupação, enviou uma embaixada de paz.

Nos começos de outubro, quando Gervásio Pires Ferreira e Luis Francisco de Paula Cavalcanti, comissionados pela Junta Governativa do Recife, atravessaram as linhas do cerco da capital e foram ao quartel-general dos revoltosos, em Beberibe, negociar o que veio a ser a Convenção de 5 de outubro, a eles se foram reunir os três representantes do governo e do povo da Paraíba: lá estão as suas assinaturas na ata do acordo que praticamente firmou a independência pernambucana.

Ignoro se o Prof. José Pedro Nicodemos considera, em sua conferência, essa iniciativa, um tanto à margem dos problemas locais da Paraíba; se o fizer, o brilho de suas palavras não há de ter sido prejudicado pela rápida e incolor evocação que acabo de tentar. Confesso que hesitei antes de escrevê-la. Decidi-me imaginando ser este um meio de ressaltar aquele duplo fato que inspirou à Comissão da Universidade Federal de Pernambuco para o Sesquicentenário a promoção desta série de sábias conferências: o fato de em cada uma de nossas regiões ter ocorrido um processo isolado e próprio de procurar a Independência, e o fato de que havia, por dentro dessas diversificações, um instinto de convergência, uma vocação de unidade. Por isso, ao termo de tantas jornadas diferentes, por aqui e por ali, surgiu um resultado único — o Brasil solidário, íntegro e soberano.

À compreensão dessa aventura histórica, o Prof. José Pedro Nicodemos a quem saúdo em nome da Comissão promotora das conferências, vem trazer um concurso que todos nós sabemos, de antemão, precioso. Passemos a ouvi-lo, agradecendo-lhe desde agora o que nos vai ensinar. — *LUIZ DELGADO*

Antecipações liberais na Paraíba

JOSÉ PEDRO NICODEMOS

O estudo da contribuição do Nordeste à formação da consciência nacional evidencia que entre a Paraíba e Pernambuco houve sempre estreita ligação. Porque da Colônia ao Império uma interpenetração de interesses tornou comum a sua destinação histórica. E para tal efeito trabalharam condições geográficas, étnicas, sócio-econômicas e políticas. A interação desses fatores é pressuposto digno de nota, antes de qualquer referência à ação dos paraibanos ao tempo em que se processava a nossa autonomia política. Uma visão sumária e pluralista dos acontecimentos que a antecederam (isto é, aquela seriação de fatos históricos ao curso de mais de dois séculos) torna-se indispensável à compreensão das lutas emancipacionistas no Nordeste oriental.

A proximidade das terras da Paraíba, antiga Itamaracá, e o abandono em que permaneciam, cinquenta anos depois de iniciada a colonização de Duarte Coelho, não constituíram apenas um problema de segurança. Porque despertaram também a cobiça dos senhores de engenho de Pernambuco. Era o “Império do Açúcar”, que deslocava as suas fronteiras econômicas — como diria Normano — para proteger as fronteiras políticas do Império luso. Não há dúvida que, sem essa cobiça dos senhores rurais pelas terras devolutas da donataria de Itamaracá, os núcleos iniciais da colonização nordestinada não teriam efetivado a sua irradiação demográfica. Rarefeita embora, tal irradiação se fazia sob a influência de três princípios básicos, vislumbrados por João Ribeiro: condição econômica, necessidade de terras contínuas e aproveitamento de rios navegáveis. Sem essa expansão das sesmarias iniciais, todo o trabalho do colonizador português se teria prejudicado ante a permanência dos traficantes franceses, sobretudo no litoral da Paraíba.